

A INSERÇÃO DOS BEBÊS NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MATO GROSSO

THE INSERTION OF BABIES IN CHILDHOOD EDUCATION IN A QUILOMBOLA COMMUNITY IN MATO GROSSO

LA INSERCIÓN DE BEBÉS EN EDUCACIÓN INFANTIL EN UNA COMUNIDAD QUILOMBOLA EN MATO GROSSO

Joice Ribeiro da Silva

<http://orcid.org/0000-0001-6489-4697>

Angela Rita Christofolo de Mello

<https://orcid.org/0000-0002-9732-6175>

Resumo: Este artigo publiciza aspectos de uma pesquisa realizada no município de Poconé/Mato Grosso, no Distrito de Nossa Senhora Aparecida do Chumbo, na Creche Municipal Vovó Teófila. O seu objetivo foi compreender o processo de inserção dos bebês quilombolas e suas relações cotidianas nos espaços coletivos da creche e da comunidade, bem como, qual o entendimento dos moradores/familiares da comunidade acerca da presença dos bebês nesses espaços coletivos. A investigação se constituiu em uma pesquisa etnográfica, de abordagem qualitativa, que se valeu de observação *in loco*, com registros no diário de campo e de entrevistas realizadas com coordenadora, professores, pais e moradores desta comunidade. As informações foram sistematizadas de forma descritiva e analisadas de forma interpretativa. Os resultados permitem afirmar que a creche se constitui como um espaço de referência cultural, identitária e produtora de história, uma vez que os bebês que ali estão, participam ativamente desse processo. Assim, a comunidade caminha para uma mudança sobre a história de seu povo, construindo registros e preenchendo lacunas que caminham com a história do Distrito do Chumbo.

Palavras-Chave: Educação Infantil. Cultura Quilombola. Educação Quilombola. Inserção dos bebês quilombolas.

Abstract: This article publishes aspects of a research carried out in the municipality of Poconé / Mato Grosso, in the District of Nossa Senhora Aparecida do Chumbo, at the Vovó Teófila Municipal Creche. Its objective was to understand the process of insertion of quilombola babies and their daily relationships in the collective spaces of the day care center and the community, as well as, what is the understanding of the residents / family members of the community of babies in these collective spaces. The investigation consisted of an ethnographic research, with a qualitative approach, which used observation *in loco*, with records in the field diary and interviews with coordinator, teachers, parents and residents of this community. The information was systematized in a descriptive way and analyzed in an interpretative way. The results allow us to affirm that the nursery is constituted as a space of cultural reference, identity and producing history, since the babies who are

A inserção dos bebês na educação infantil...

there, actively participate in this process. Thus, the community is moving towards a change in the history of its people, building records and filling in gaps that go along with the history of the District of Lead.

Keywords: Child education. Quilombola culture. Quilombola Education. Insertion of quilombola babies.

Resumen: Este artículo publica aspectos de una investigación realizada en el municipio de Poconé / Mato Grosso, en el Distrito de Nossa Senhora Aparecida do Chumbo, en la Guardería Municipal Vovó Teófila. Su objetivo fue comprender el proceso de inserción de los bebés quilombolas y sus relaciones cotidianas en los espacios colectivos de la guardería y la comunidad, así como, cuál es el entendimiento de los residentes / familiares de la comunidad sobre la presencia de bebés en estos espacios colectivos. La investigación consistió en una investigación etnográfica, con enfoque cualitativo, que utilizó la observación in loco, con registros en el diario de campo y entrevistas con coordinadora, docentes, padres y residentes de esta comunidad. La información fue sistematizada de forma descriptiva y analizada de forma interpretativa. Los resultados nos permiten afirmar que la guardería se constituye como un espacio de referencia cultural, identidad e historia productora, ya que los bebés que allí se encuentran, participan activamente en este proceso. Así, la comunidad avanza hacia un cambio en la historia de su gente, construyendo registros y llenando vacíos que van de la mano con la historia del Distrito de Plomo.

Palabras clave: Educación Infantil. Cultura quilombola. Educación Quilombola. Inserción de bebés quilombola.

INTRODUÇÃO

Este artigo publiciza a síntese de uma pesquisa realizada no âmbito do mestrado, linha de “Formação de Professores, Políticas e Práticas Pedagógicas”, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), ofertado na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Cáceres. A pesquisa teve como objetivo geral compreender o processo de inserção dos bebês quilombolas na Creche Municipal Vovó Teófila, e suas relações cotidianas nos espaços coletivos da creche e da comunidade, bem como qual o entendimento das famílias pertencentes à comunidade acerca da presença dos bebês nesses espaços coletivos.

A Creche Vovó Teófila, localizada no Distrito de Nossa Senhora Aparecida do Chumbo, pertencente ao município de Poconé/Mato Grosso é a primeira creche reconhecida quilombola no estado de Mato Grosso. Portanto, investigar o processo de inserção dos bebês nesta creche permitiu registrar aspectos importantes desta história.

A pesquisa partiu de inquietações, ao constatar a quase inexistência de produções no campo da educação infantil quilombola, com a temática central voltada aos bebês (0 a 3 anos), matriculados nas creches quilombolas, em território brasileiro. Esta contatação foi validada ao realizar o *status questiones* inicial no banco de teses e dissertações da CAPES, tendo como descritores: “Educação Quilombola”, “Bebê Quilombola” e “Educação Infantil Quilombola”.

Destacou-se, ainda, a relevância da pesquisa, ao observar a importância da creche em questão, para a comunidade. Esta creche foi construída e inaugurada em 29 de junho de 2002, com o nome de “Creche Municipal Distrito Chumbo.” Em 2012, de acordo com a

Lei Municipal nº 1.669, de 02 de junho de 2012, do município de Poconé-MT, foi denominada de “Creche Vovó Teófila”.

Como afirmado por Rosenberg (2011, p. 17), “a creche é uma instituição pensada para os bebês, porém é “intensamente discriminada no Brasil.” Essa realidade talvez justifique o número inexpressível de pesquisas, que tenham os bebês, como objeto de estudo. Neste contexto, “a fase da criança pequena, na faixa etária de 0 a 3 anos, constitui um tempo social discriminado pela sociedade brasileira, nos campos acadêmicos e políticos, inclusive pelos chamados novos movimentos sociais.” (ROSEMBERG, 2011, p. 12). Entretanto, a autora destaca que o Fórum Nacional de Educação Infantil (MIEIB), mobiliza ações na busca da efetivação dos direitos dessa demanda educativa, que é negado para importante percentual de bebês.

No Brasil, as comunidades quilombolas remanescentes possuem suas especificidades culturais, características de cada região. No que tange à educação quilombola, é perceptível que as particularidades relacionadas às dimensões educacionais, sociais, políticas, econômicas e culturais, representam a geografia e os contextos históricos de cada região. Assim, a comunidade do Distrito de Nossa Senhora Aparecida do Chumbo, apresenta as características identitárias da região em que está inserida.

Desta forma, no primeiro contato com a comunidade, identificou-se crianças oriundas de diferentes regiões do Brasil. A primeira descoberta foi que em uma creche quilombola, encontravam-se brancos, pretos e pardos¹, justificado pela existência de fazendas circunvizinhas que empregam pessoas de diferentes raças e etnias.

Em 20 de novembro 2012, a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), n. 08/2012, definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (DCNEEQEB), (BRASIL, 2012). Assim, ficou determinado que fosse requerida uma pedagogia própria, que respeitasse às especificidades étnico-raciais e culturais que correspondessem a cada região quilombola. Para tanto, fazia-se necessário que o professor fosse habilitado com formação específica, além de incluir o trabalho diferenciado em atenção à cultura, crenças, costumes, dentre outros, como, por exemplo, a obrigatoriedade de disponibilizar material didático e paradidático, organizado com base na cultura e história do povo quilombola.

Com base nessa resolução, a educação infantil, deveria ser ofertada em escolas regulares que estivessem localizadas em comunidades quilombolas ou em escolas que recebessem crianças quilombolas, regulamentadas a partir do mesmo ano, de forma a assegurar um currículo que contemplasse a cultura e as especificidades étnicas de cada região. (CNE, n. 08/2012).

1 Seguindo Classificação: Censo 2010: Branca, Preta, Amarela, Parda, Indígena e Sem declaração. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico>. Acesso em: 16 nov. 2019.

Os documentos oficiais que tratam da educação escolar quilombola resultam das lutas dos movimentos sociais, como afirma Gomes (2005), principalmente do movimento negro, que como efeito tem sua centralidade na Lei 10.639/03², (BRASIL, 2003), que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas públicas e particulares do ensino fundamental e ensino médio. Essa lei, em 2008, foi ratificada pela Lei 11.645/08³ (BRASIL, 2008), que estabeleceu nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena.”

As DCNEEQ (BRASIL, 2012), no âmbito das lutas dos movimentos sociais, do movimento negro e dos povos remanescentes quilombolas, representam um grande avanço. Um marco na educação brasileira, pois foi a partir destas diretrizes que ficou assegurado o ensino, juntamente com a valorização dos saberes, tradições e cultura quilombola dentro dos espaços escolares.

É importante mencionar que no Brasil, em seus períodos colonial, imperial e republicano, com sistema escravocrata, o negro não tinha nenhum direito garantido, inclusive o acesso à educação formal. Pois, a possível presença do negro nos ambientes de educação formal, representava uma ameaça para os padrões sociais daquela época. Assim, o Decreto nº. 331, de 17 de fevereiro de 1854, determinava que não fossem admitidos escravos nas escolas públicas do país, bem como os adultos negros não escravos. Essa prática deixou o seu legado, pois até hoje o racismo e a discriminação atinge a população negra no país. (BRASIL, 2004).

Considerando que as DCNEEQEB (BRASIL, 2012), foram organizadas em 2012, observa-se a dimensão acerca da carência de políticas públicas que assegurem o direito das crianças negras nas escolas, perceptíveis até o século XXI. Ao se ampliar para a diversidade cultural, observa-se um *déficit* ainda maior, o que confirma a necessidade de produções que abordem a temática. Ao se considerar que o direito ao acesso à educação infantil também é muito recente, justifica-se a importância da pesquisa realizada.

Desse modo, com a realização da pesquisa foi possível, também, contribuir e dar visibilidade as especificidades requeridas para a educação infantil quilombola, com a divulgação de resultados que poderão cooperar com o desenvolvimento de políticas públicas específicas para as creches existentes dentro de comunidades remanescentes quilombolas.

Contudo, ressalta-se que a pesquisa realizada foi influenciada pela trajetória da pesquisadora vivenciada na graduação em pedagogia, na experiência enquanto bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), no ingresso no mestrado em Educação, e, principalmente, na sua história familiar, ou seja, de vida, enquanto menina e mulher negra.

Pautada nos pressupostos metodológicos de autores como: Mónico, Alferes, Castro e Parreira (2017); Bortoni-Ricardo (2008); Spradley (1980); Magnani (1997); Corsaro (2005);

2 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso 24 de julho de 2019.

3 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em 24 de junho de 2019.

Corsaro e Molinari (2005); dentre outros pesquisadores, o caminho teórico-metodológico da pesquisa amparou-se na abordagem qualitativa e etnográfica, com a técnica da observação *in loco* e entrevistas. Assim, da sistematização descritiva das observações registradas no caderno de campo, bem como dos episódios obtidos das entrevistas transcritas, depreendeu a análise do processo de inserção dos bebês quilombolas na Creche Municipal Vovó Teófila, situada no Distrito de Nossa Senhora Aparecida do Chumbo, em Poconé (MT).

Destaca-se a importância de um desenvolvimento investigativo pautado no processo de inserção dos bebês quilombolas em creches quilombolas, sobretudo, o significado da participação histórica deles dentro do Distrito de Nossa Senhora Aparecida do Chumbo, com suas inserções na Creche Municipal Vovó Teófila. Como resultados, é possível afirmar que os bebês quilombolas fazem parte da construção histórica da comunidade, eles não são invisíveis para esta comunidade, tão menos desconsiderados enquanto sujeitos históricos. Isso porque, a comunidade e a creche atuam fortemente na preservação cultural, respeitando todos os sujeitos que ali estão, dentre estes, os bebês quilombolas.

CRIANÇAS NEGRAS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Quando se busca registro sobre a passagem das crianças negras escravas, encontra-se uma lacuna histórica. São poucos as informações documentadas e as que são encontradas estão fragmentadas e até mesmo descontextualizadas. Heywood (2004), alega que é tarefa árdua levantar fontes sobre infância, visto que as crianças, por si mesma, não deixam muitos registros. Mesmo porque, assim como os adultos negros escravos, as crianças negras escravas eram invisíveis perante a sociedade. Neste contexto:

A vida de uma criança escrava era bastante penosa. Todo o movimento do sistema escravista se dava no sentido de quebrar desde cedo sua resistência, atingindo logo de início sua dignidade humana. Quando criança, servia para satisfazer as vontades de sinhozinho que, vivendo em uma sociedade violenta, transferia para a sua relação com o negrinho que lhe era submisso as pressões que ele mesmo sofria. A criança escrava era colocada também à mercê da vontade arbitrária de senhores, senhoras, feitores e agregados. E, por fim, estava à mercê de outros escravos que muitas vezes descarregavam nela, indefesa, toda a amargura e violência de sua vida, chegando inclusive a descontar nessa relação as violências sofridas [...]. (VOLPATO, 1993, p. 146).

Complementado a fala de Volpato (1993), as crianças negras escravas também eram consideradas mercadoria. Para essas crianças, não eram oportunizadas chances ou perspectivas melhores que a dos seus pais, familiares e adultos próximos. Nesse período, era também proibido, conforme citado no art. 22 do Regulamento da Instrução Pública, que essas crianças frequentassem os espaços escolares, a saber: “Não serão admitidos à matrícula os que tiverem moléstia contagiosa e escravos.” Cabe ressaltar que essa deter-

minação se manteve durante o período de tempo que corresponde ao interstício de 1854 a 1878, quando no Art. 119 do mesmo Regulamento ampliou a restrição de matrículas:

§1º - os menores de 5 anos e maiores de 15 anos do sexo masculino, e as meninas menores de 5 anos e maiores de 11 anos.

§2º - os escravos.

§3º - os que sofrerem moléstias contagiosas.

§4º - os não vacinados.

§5º - os que tenham sido expulsos por incorrigíveis. (REGULAMENTO, 1878, p. 15).

Os poucos registros encontrados confirmam que a criança negra escrava nesse período, não tinha acesso, muito menos direito a escolarização, restando-lhe como perspectiva para a vida adulta somente o trabalho escravo. Sobre as crianças negras livres, elas tiveram visibilidade a partir da promulgação da Lei do Ventre Livre (década de 1870). Período em que houve uma queda significativa no sistema escravista no Brasil. A partir da referida Lei, concentraram-se preocupações referentes a educação das crianças livres, filhas de mães escravas, no sentido do que se fazer com elas, já que a lei também representou o desamparo das famílias. Partindo do pressuposto de que as crianças negras livres, teriam direito a educação, Fonseca (2002), afirma que a educação representou um fator predominante para o fim do regime escravista, pontuando que o processo de libertação do ventre e a iniciação educacional das crianças negras, representavam a esperança de liberdade para os negros. Neste contexto:

O Art. 2º, § 4º atribuiu ao governo o direito de mandar recolher os menores aos estabelecimentos públicos de ensino, transferindo para o Estado as obrigações que o § 1º impunha às associações autorizadas. Assim, as crianças entregues ao governo estadual, seriam expostas a outras formas de educação, visando a sua integração social. (SÁ; MIRANDA, 2011, p. 300).

A partir de então, o direito a educação passou a representar para as crianças negras e seus antecessores a esperança de um futuro diferente. Entretanto, como já afirmado, há grandes lacunas históricas sobre o direito e inserção das crianças negras no sistema educacional, visto que a invisibilidade do negro dentro da escola perdurou até meados do século XX, quando este cenário começou a mudar em decorrência de muitas lutas e muitos conflitos. Em razão destas lutas, as políticas públicas começam a ser referências pelo direito da oferta da educação para os estudantes negros, a exemplo da Lei 10.639/03, que representou um marco nessa mudança do cenário educacional nacional. Com isso:

O Brasil do século XXI tem um perfil étnico-racial mais diversos do que há séculos atrás. Sabemos que muito ainda precisa avançar. A luta não dá trégua. Mas não podemos desconsiderar que a sociedade brasileira, na atualidade, reconhece a existência do racismo e que os negros e as negras, aos poucos ocupam mais espaços sociais, políticos e acadêmicos. E que conseguimos construir, a partir de

2003, políticas públicas de igualdade racial, bem como inserir o recorte étnico-racial não sem resistência – nas várias políticas sociais existentes. (GOMES, 2017, p. 20).

A história apresenta a invisibilidade e a negação do direito à educação para as crianças negras e escravas, esse cenário ainda é notório ao concentrar o olhar para o processo de inserção das crianças negras na educação, a partir do século XX, e sua progressão até o início do século XXI.

Ao ter como referência o movimento eugênico no Brasil, é possível encontrar uma justificativa para essa invisibilidade ainda nos dias atuais. A exemplo do movimento da Escola Nova e o Manifesto dos Pioneiros, tido para muitos como uma revolução educacional, na sua gênese, tinha uma forte corrente eugênica, que predominava a educação celetista e excludente para aqueles que eram tidos como fora do padrão. O manifesto dos pioneiros, tinha como bandeira a defesa da escola pública, obrigatória, gratuita, laica e de coeducação, buscava a unificação do ensino secundário, a formação universitária para os professores, e a prescrição da educação nova. Assim, tinha como objetivos: trilhar diretrizes de uma política nacional de educação; ofertar educação em todos os níveis; propor avanços sobre uma nova educação; romper com a velha estrutura do serviço educacional; desvincular a educação dos interesses de classes; e organizar a oferta de uma educação coletiva.

Por se tratar de uma intenção de renovação do atual modelo de educação da época, o manifesto não tinha a aprovação da igreja, que defendia uma educação de iniciativa privada, elitista, doutrinária, separada por sexo e de responsabilidade da família. Na contramão destas orientações, o manifesto apontava para uma escola pública, laica, gratuita e obrigatória com um plano nacional de educação. Por isso, foi considerado pela igreja como anticristão, antinacional e antiliberal.

Desta feita, o manifesto dos pioneiros revolucionou uma época marcada por um processo de especialização e doutrinação no campo educacional. Para Severino (1986), o período de 1889 a 1964 configurou-se como a consolidação da ideologia liberal na educação. Já Saviani (2004), compreende esse período como de regulamentação nacional do ensino e do ideário pedagógico renovador.

Neste contexto, a educação passou a ser vista como instrumento para a reconstrução nacional e promoção social. Em 1924, criou-se a Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1930, formou-se o Ministério dos Negócios de Educação e Saúde Pública, em 1934, promulgou-se a Constituição Federal que estabeleceu a necessidade de um Plano Nacional de Educação, da gratuidade e obrigatoriedade do ensino elementar com proposições de inúmeras reformas educacionais.

Durante esse período ocorreram algumas reformas importantes, quais foram: em 1931 a Reforma Francisco Campos que estruturou e centralizou para a administração federal os cursos superiores; dividiu o ensino secundário em 02 ciclos: fundamental de 05 anos e outro complementar de 02 anos, obrigatórios para o ingresso no ensino superior e criou ensino comercial médio profissionalizante. O ensino secundário, considerado privilégio das

classes médias, pois até 1940, a maioria de escolas para alunos de 12 a 18 anos era de iniciativa privada. Nos anos de 1930 havia só uma escola secundária em São Paulo. São Paulo foi o precursor dos cursos primários de responsabilidade do estado, que por influência dos escolanovistas fez mudanças nas disciplinas e inovações pedagógicas, porém o programa dessas escolas pouco mudou até 1968. Mesmo com o aumento no número de matrículas, a demanda não foi atendida. Assim, após 1930 continuou a campanha por ampliação de vagas nas escolas primárias nas cidades de São Paulo, porém a maioria dos alunos não frequentou os cursos primários. Contudo, todas essas (pseudo)transformações/revoluções educacionais, não chegaram até a população negra, devido à forte corrente eugênica dos idealizadores do Manifesto do Pioneiros.

Para se falar em direito e respeito a diversidade na educação, não se pode deixar de apresentar a precursora Lei 10.639/03, que representa um marco para as lutas que buscam garantir uma educação para a diversidade. Aqui é importante ressaltar que essa mudança nas leis educacionais representam um marco político, momento em que a diversidade ganhou espaço para discussões, oportunizada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A partir da lei 10.639/03 abre-se caminho para novas políticas afirmativas que visam a garantia de uma reparação para educação e a diversidade. A Lei acrescentou dois novos artigos dentro da Lei 9.394, de 1996, são eles: A obrigatoriedade da inclusão do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos dos estabelecimentos de ensino público e privado de Educação Básica; Instituiu no calendário escolar a data do dia 20 de novembro, dia da morte do líder do Zumbi dos Palmares, sendo intitulado Dia Nacional da Consciência Negra.

A Lei 10.639/03, é considerada uma grande conquista para a educação e um marco no que tange as relações étnico-raciais. Ela representou uma mudança no sistema escolar, pois a partir dela a escola precisou promover uma reforma no sistema que era predominantemente dominado pelo grupo racial “branco”. O negro e o indígena que tinham o seu protagonismo histórico omitido, passaram a ter o direito legal de serem representados.

Devido a sua importância, não se pode deixar de mencionar que a Lei nº 10.639/2013, é fundamental para a garantia dos direitos dos negros (estudantes), que inclui, também, a educação infantil. Desta feita, os direitos das crianças negras estão garantidos na mesma proporção que os direitos das crianças brancas na escola e na sociedade, o respeito e a valorização das diferentes etnias estão legalmente assegurados, principalmente no interior das escolas de educação infantil.

AS ENTREVISTAS REALIZADAS COM PESSOAS QUE CONVIVIAM COM OS BEBÊS

Para traçar o perfil dos bebês quilombolas que viviam na comunidade de Nossa Senhora Aparecida do Chumbo, na ocasião da realização da pesquisa, compreendeu-se que além de observar a rotina vivenciada por eles nos diferentes espaços da comunidade, e

principalmente na creche que frequentavam, seria importante ouvir as pessoas da comunidade ligadas aos bebês.

O recurso escolhido para coletar informações destas pessoas foram as entrevistas, por entender que com este instrumento, as pessoas teriam mais liberdade e naturalidade para responder as indagações. Como conceitua Alberti (2008), com a entrevista é possível registrar o momento, e esses registros ocorrem por meio das interações entre o pesquisador e o entrevistado. A partir da organização do roteiro de entrevistas, o pesquisador consegue articulação para que o entrevistado transforme lembranças em narrativas. Assim, as entrevistas correram nos diferentes lugares, respeitando as rotinas de vida das pessoas selecionadas para a pesquisa.

Para tanto, com a preocupação de não distanciar-se no foco da pesquisa, a inserção dos bebês quilombolas na creche, elaborou-se um roteiro com perguntas iniciais, e conforme as entrevistas foram acontecendo, de acordo com as respostas, outras perguntas foram feitas para alcançar o objetivo da pesquisa. Neste sentido, as entrevistas foram iniciadas com os seguintes questionamentos:

1. Quem são os bebês do Distrito do Chumbo?
2. Onde encontrar os bebês do Distrito do Chumbo?
3. Quais as mobilizações da Creche Municipal Vovó Teófila para a construção da História do Distrito do Chumbo e de seu povo?

ENTRELAÇAMENTO ENTRE A CRECHE MUNICIPAL VOVÓ TEÓFILA, A COMUNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA DO CHUMBO E OS BEBÊS QUILOMBOLAS

Após descrever o *lôcus* da pesquisa, neste item sistematizou-se algumas narrativas concedidas por meio das entrevistas realizadas com pessoas da comunidade que trabalhavam na creche. A interação entre pesquisadora e entrevistadas resultou nas informações aqui dispostas e analisadas. Assim, para iniciar as entrevistas, retomou-se o primeiro contato da pesquisadora com a creche, os primeiros olhares, sorrisos, curiosidades entre outras descobertas que foram sendo apresentadas no decorrer das observações. Chegando no distrito, não se tinha ideia do que iria encontrar, eram muitas suposições, nenhuma constatação, então essa imersão começou com a indagação: Quem são os bebês quilombolas do Distrito do Chumbo?

A resposta não veio no primeiro olhar, mas percebeu-se que a infância daqueles bebês era singular. Singularidade que reportou a infância da pesquisadora, reavivando um bom sentimento de nostalgia. É preciso reforçar a constituição de infâncias que ali encontrou-se, principalmente pelo fato de a creche ser quilombola, mas receber bebês das mais diversas regiões do Brasil. Como destaca Ramirez (1993, p. 35), é visível a exclusão da criança nos registros históricos. Ele ainda pontua que com relação as infâncias, existe um pluralismo decorrente das diversas culturas que as crianças estão inseridas, ao destacar essa característica “em comunidades tradicionais como os quilombos ou comunidades indígenas no Brasil.”

Ainda sobre esse primeiro olhar, destacou-se o pertencimento dos bebês com a creche e da creche para com os bebês. Essa relação acontece em decorrência das mobilizações ali existentes de lutas, pertencimento, identidades, identificações e resistência. Neste espaço os bebês já nascem imersos em uma atmosfera cultural muito forte, e antes de iniciarem o seu processo de escolarização, já estão inseridos em um contexto de ocupação dos seus lugares de pertencimento dentro da comunidade. Observou-se neste espaço educativo que as interações/socializações ocorriam de maneira natural, fator que certamente contribuirá para a construção da identidade quilombola desses bebês.

Ao reconhecer que os bebês do Distrito do Chumbo constroem a sua própria história, lançou-se a primeiro questionamento: Quem são os bebês do Distrito do Chumbo? Acerca deste questionamento, destacaram-se as seguintes contribuições:

Os bebês que fazem parte do nosso alunado são filhos de moradores que residem na própria comunidade, suas mães não trabalham, mas fazem questão de matricularem seus filhos na creche desde pequenos para que possam desenvolver suas habilidades cognitivas, sociais, culturais e motoras com perspectivas de que possam ter uma aprendizagem que as mesmas mães não tiveram (Dandara, coordenadora e mãe – entrevista realizada 15/07/2019).

Dandara complementou ao destacar o perfil familiar desses bebês que estão matriculados na creche:

[...] respondendo a primeira questão, os bebês são filhos de famílias de classe média baixa que vivem do trabalho em fazendas próximas, e eles vem no transporte escolar, outras de moradores que são funcionários públicos, outros que sobrevivem apenas com a renda do bolsa família ou algum outro programa social do governo (Dandara, coordenadora e mãe – entrevista realizada 15/07/2019).

Ao analisar a fala dessa entrevistada, é possível constatar que não se encontram resquícios da característica defendida no início da comunidade, mesmo sendo uma comunidade remanescente quilombola, a urbanização também chegou nela, e a agricultura de subsistência quase não existe atualmente, o perfil dos habitantes da comunidade, e neles incluem-se os bebês quilombolas, filhos destes habitantes, é de funcionários públicos que trabalham nas escolas e posto de saúde, trabalhadores das fazendas e uma parcela de desempregados.

Ao perguntarmos para Aqualtune sobre quem são os bebês do Distrito do Chumbo, sua resposta não foi muito diferente da concedida por Dandara em relação ao mesmo questionamento, divergindo apenas quando relacionou a presença dos bebês na creche:

Atualmente, nossos bebês são de mães que trabalham em alguns segmentos da rede pública. Temos filho de agentes de saúde, professores da escola e também do CEI, recebemos algumas crianças que são criadas pelos avós e também de uma

mãe que trabalha na lavoura e não tem com quem deixar a bebê (Aqualtune, diretora e mãe – entrevista realizada 18/07/2019).

Com a mesma visão relacionada a quem são os bebês da creche, a Luiza complementa a fala citada acima:

Os bebês, na maioria são filhos das poucas mães que possuem um trabalho na comunidade, como: os funcionários do Centro Educação Infantil Vovó Teofila, Escola ENSA, posto de saúde, as Gari e alguns bebês que estão nas responsabilidades de avós, raramente temos bebês de mães dona de casa (Luiza, auxiliar administrativo – entrevista realizada dia 18/07/2019).

Uma realidade ainda presente no entendimento concernente a função pedagógico/social da creche, é a visão assistencialista que se tem diante da educação para com os bebês, que se pode identificar na fala de uma das entrevistadas. A LDBN, n. 9394-96 (BRASIL, 1996), no artigo 18, entende que a creche é responsabilidade do município e a mesma está incorporada dentro da Educação Infantil, sendo assim sua função vai do educar ao cuidar. Sobre orientação do artigo citado, compreende-se que a creche não pode ser um local para os bebês ficarem em decorrência do emprego de suas mães, esse espaço tem que ser reconhecido e constituído como um espaço de aprendizagens educativas.

As creches desde que, legalmente, deixaram de ser assistencialista, conforme assegura a atual LDBN (BRASIL, 1996), tem por responsabilidade ofertar/oferecer aprendizagens múltiplas, organizadas em situações pedagógicas, que contemple o desenvolvimento integral dos bebês. Nestes termos, conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, em seu volume I:

A instituição de educação infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a frequentem, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social [...]. Nesse processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. (BRASIL, 1998, p. 23)

Tendo como referência esta determinação legal, é importante destacar que na creche pesquisada, pairava uma atmosfera de acolhimento à comunidade, fator que influenciava significativamente nessa concepção assistencialista identificada nas contribuições das entrevistadas. A luta constante dos que ali estavam para manter a creche aberta, fazia com que, em alguns momentos as determinações legais contidas na atual LDBN (BRASIL, 1996), fossem ignoradas, em atenção as necessidades da comunidade, que, muitas vezes, era de luta por cuidados que lhes permitam manterem-se vivos, alimentados e com saúde.

Perante esta constatação, retornou-se as unânimes contribuições das entrevistadas, quando foi perguntado “Onde poderíamos encontrar os bebês do Distrito do Chumbo?”, todas as entrevistadas responderam que os bebês estão em todos os lugares, e “eles podem ser encontrados na comunidade do Chumbo onde residem [...].” As entrevistadas explicitaram que na creche os bebês ocupavam todos os espaços, não existia um local demarcado para eles, eles interagiam com as crianças maiores e com os funcionários em todos os espaços.

Ao observar um momento de confraternização na creche, constatou-se que os adultos atuavam como mediadores das interações, os bebês circulavam e participavam dos movimentos. Nesse momento específico, não se observou conflitos entre os bebês e as crianças maiores, as relações/interações aconteciam com muita tranquilidade, e foi possível identificar que as crianças maiores tinham cuidado para com os bebês.

A corrente para garantir viva a história da comunidade é muito forte e está presente dentro da creche, a cultura afro-brasileira, quilombola, regional, é preservada, e, principalmente, incentivada. Seu José Atanzio é presença constante na creche tocando sua viola de cocho, instrumento que dita o ritmo das danças e músicas típicas regionais (siriri, cururu, rasqueado entre outros ritmos característicos, que tem influências africana, portuguesa, espanhola, indígena, quilombola e chiquitana, contando histórias e lendas, por meio dessas práticas dentro e fora da creche, a comunidade e a instituição buscavam manter viva a identidade cultural regional, repassando cultura e construindo História.

Como se pode observar na fotografia 1, apresentada na sequência, uma pintura na parede de uma das salas da creche que representa as múltiplas culturas que ali estão inseridas, e junto a estas, a viola de cocho, instrumento musical utilizado nas rodas de siriri e cururu.

Fotografia 1 - Decoração da sala e viola de cocho



Fonte: Arquivo da pesquisadora, registro feito dia 18/07/2019.

Para falar sobre a inserção dos bebês na creche foi preciso identificar as mobilizações que ela oportuniza enquanto lócus de construção identitária, um espaço muito rico culturalmente, que centra suas práticas na preservação cultural da comunidade, então perguntou-se as entrevistadas: Quais as mobilizações da creche para a construção da História do Distrito do Chumbo e do seu povo?

Enquanto instituição escolar a creche busca mobilizar os pais através de um trabalho pautado no diálogo durante reuniões de pais e palestras de formações, no acolhimento dos mesmos dentro da instituição, bem como no incentivo de fazer a matrícula de seus filhos para frequentarem a creche. Incentivo ao direito a matrícula e permanência dos pequenos na creche. Participar das reuniões de pais e mestres. Participar dos movimentos que ocorrem na Comunidade. Valorizar as produções dos seus filhos para que possam, elas mesmas, construir seus conhecimentos. Participar no Conselho Deliberativo do Centro de Educação Infantil Vovó Teófila. (Dandara, coordenadora e mãe – entrevista realizada 15/07/2019).

Em relação ao mesmo questionamento, outra entrevistada complementou a resposta de Dandara, ao acrescentar que:

Quanto às mobilizações, o CEI VOVÓ TEÓFILA procura desempenhar um trabalho de identidade o ano todo, buscando valorizar os saberes dessas crianças, pois as recebemos de várias comunidades e fazendas. Trazemos livros literários que tem representatividade com histórias lindas e assim estimulamos a aceitação e a sua identificação. Realizamos aulas de Campo na própria comunidade como por exemplo: confecção de viola de cocho com tio Juca, plantas medicinais e fazemos lombrigueiro caseiro com criança. Festa de Nossa Senhora levamos as crianças até o Centro comunitário para fazer os biscoitos tradicionais da festa. Nos intervalos, após as refeições, colocamos músicas de siriri e as crianças dançam juntamente com os professores. Dentro do possível buscamos integrá-las nas atividades culturais da comunidade. (Aqualtune, diretora e mãe – entrevista realizada 18/07/2019).

Outra entrevistada pontuou a importância da chegada dos novos profissionais concursados para a promoção de uma mudança de postura no interior da creche que potencializou a construção histórica dentro na instituição:

O Centro de Educação Infantil por muitos anos, ficou sem construir sua história, sem se envolver com o histórico da comunidade, a partir de 2006/2007 se não estiver enganada que a creche passou da ação social para a educação. Em 2007, com a chegada de novos concursados, as coisas foram evoluindo, mas por questões políticas, um vereador arrumou o nome na creche Vovó Teófila, sem mesmo aprofundar a história dela na comunidade. Até nos dias de hoje buscamos mais informações sobre essa pessoa, mas que infelizmente há poucos relatos, pois o único filho dela vivo, tem pouca memória. Estamos sempre envolvidos com a comunidade, com as festas tradicionais sempre envolvemos nossos pequenos, desde cedo mostramos

a importância e o diferencial de conviver numa educação do Campo e Quilombola. (Luiza, secretária – entrevista realizada 18/07/2019).

Reiterou-se a importância de registros da história dessa comunidade, como se observou na fala da entrevistada ao explicitar que “[...] mas por questão política um vereador arrumou o nome da creche Vovó Teófila, sem mesmo aprofundar a história dela na comunidade, até mesmo nos dias de hoje buscamos mais informações sobre essa pessoa.” Ninguém da comunidade soube explicar porque a única creche reconhecida quilombola no Estado de Mato Grosso, tem o nome de Vovó Teófila. Quem foi Vovó Teófila é uma pergunta sem resposta.

Durante as inserções da pesquisadora na comunidade, foi possível conversar com muitos moradores, que relataram que a comunidade poderia ter mais recurso, contudo afirmaram que dependem muito do poder público e político e que existiam muitas promessas e pouco retorno. Os recursos, muitas vezes, não chegavam, e quando chegavam não correspondiam as promessas feitas. Destacou-se então, a resistência desse povo, e, como afirmou a coordenadora Juciane Cristina Lima, “existe uma diferença de tratamento quando você se identifica como negro e quilombola.” Segundo ela, a luta é diária por reconhecimento e respeito, principalmente para desmistificar o estereótipo de inferioridade e subalternidade que a sociedade tem para com as pessoas que residem na comunidade.

Para finalizar as entrevistas questionou-se o que significa ser quilombola nesta comunidade?

Para definir ser quilombola é todo os dias lutar contra a diáspora que incansavelmente o sistema criou para classificar um ser humano por causa da sua cor de pele, e infelizmente esse sentimento racista e preconceituoso existe até hoje em nossos dias. Ele é estrutural e talvez seja uma utopia pensar em sua inexistência, mas espero dias melhores para nós enquanto povo quilombola, não como um privilégio, mas como reparação por todos os males causados aos nossos ancestrais, é por eles e por nós que continuamos a lutar (Dandara, coordenadora e mãe – entrevista realizada 16/07/2019).

Ser Quilombola é algo muito novo para todos os moradores da Comunidade. Divide muitas opiniões, pois, temos muitos habitantes de outros estados que vieram trabalhar na usina e aqui construíram suas famílias. Os que são quilombolas estão numa busca pela construção de suas identidades e histórias, almejam dias melhores com oportunidades de trabalho dentro da própria comunidade. (Aqaltune, diretora e mãe – entrevista realizada 18/07/2019).

Ser Quilombola na comunidade divide opiniões, pela razão que a maioria dos moradores são de outros Estados, pelo fato de quando vieram trabalhar na usina, muitos construíram famílias na comunidade e residem aqui até nos dias atuais. Estes sentem a diferença dos moradores nativos do local. O Centro Educação Infantil procura trabalhar junto aos bebês e crianças que ser quilombola e a pessoa se identificar, que é buscar históricos dos seus antepassados, e após esse conhecimento fica a

critério querer ser quilombola, defender seus direitos, com uma educação diferenciada e exigir que se respeite nosso povo e nossas culturas (Luíza, auxiliar administrativo – entrevista realizada 18/07/2019).

De posse destas contribuições, foi possível reportar-se ao entendimento de Lúcia Gaspar em seu texto: Quilombola (2011), publicado na Fundação Joaquim Nabuco, ao definir quilombolas como sendo:

[...] grupos sociais cuja identidade étnica – ou seja, ancestralidade comum, formas de organização política e social, elementos linguísticos, religiosos e culturais – os distingue do restante da sociedade. A identidade étnica é um processo de auto identificação que se resume apenas a elementos materiais ou traços biológicos, como a cor da pele, por exemplo. São comunidades que desenvolveram processos de resistência para manter e reproduzir seu modo de vida característico em um determinado lugar. (GASPAR, 2011, p. 28).

Ao se considerar o aspecto identitário citado pelo referido autor, pode-se relacionar a construção da identidade quilombola do Distrito do Chumbo, às propriedades elencadas por Ricardo Franklin Ferreira na obra: Afro-descendentes: Identidade da Construção (2009), ao definir que:

Identidade tem relação com **individualidade** – referência em torno da qual o indivíduo se constrói; com **concretude** - não uma abstração ou mera representação do indivíduo, articulando-se com uma vida concreta, vivida por um personagem concreto, alicerce de uma sociedade igualmente concreta e constituída por vidas vividas; com **temporalidade** – transforma-se ao longo do tempo; com **socialidade** – só pode existir em um contexto social; com **historicidade** – vista como configuração localizada historicamente, inserida dentro de um projeto e que permita ao indivíduo alcançar um sentido de autoria na sua forma particular de existir. (FERREIRA, 2009, p. 502-503).

Como se pode compreender, ser quilombola nesta comunidade, vinculou-se ao reconhecimento da identidade quilombola dos moradores do Distrito da comunidade do Chumbo. De acordo com as contribuições das pessoas que participaram das entrevistas, essa definição estava em construção na comunidade, pois existia um pluralismo cultural, que podia ser justificado na característica dessa comunidade. Este fator contribuiu para a resistência da consciência da identidade quilombola deste povo, a começar pela preocupação de inserir os bebês desta comunidade na cultura quilombola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi realizada no Distrito da Comunidade do Chumbo, especificamente na creche municipal Vovó Teófila, com o objetivo de compreender o processo de inserção

dos bebês quilombolas na creche e na comunidade, considerando os estudos sobre a Educação Infantil e principalmente sobre as especificidades da cultura quilombola, do Distrito do Chumbo e principalmente da educação quilombola. Com o desdobramento da pesquisa, que exigiu em vários momentos a inserção da pesquisadora nesta comunidade, compreendeu-se que a creche carece de mais atenção da secretaria municipal de educação de Poconé (MT) e do estado de Mato Grosso, para que o trabalho de identificação e preservação cultural voltados ao processo de inserção dos bebês quilombolas seja preservado. A creche precisa superar a tradição assistencialista e continuar acolhendo os bebês quilombolas com a oferta de uma educação pautada na perspectiva de desenvolvimento educacional integral.

Talvez por não ser considerada uma etapa educativa obrigatória nos documentos legais, ou por ter sobre si, ainda, a compreensão de que a creche é um espaço apenas para cuidar, “a importância educacional e cultural que as instituições de Educação Infantil exercem na formação da criança”, ainda são questionáveis. (SILVA JÚNIOR, 2011), Todavia:

As instituições de educação infantil devem possuir uma ação intencional e planejada de socialização das crianças de 0 a 5 anos. O fator de as crianças ingressarem cada vez mais cedo e permanecerem por mais tempo nessas instituições aumenta a responsabilidade e o compromisso com o desenvolvimento integral, portanto, com uma visão ampla de educação. Essas instituições contribuem para a construção da identidade das crianças e cumprem papel socializador ao possibilitar o desenvolvimento infantil entre pares e diferentes adultos, ao partilhar cuidados com as famílias, ao ampliar conhecimentos, colocados à disposição das crianças. (SILVA JÚNIOR, 2011, p. 90).

Sob esse olhar acerca da importância das instituições de educação infantil para o processo formativo das crianças, a pesquisa realizada versou sobre a singularidade da inserção dos bebês quilombolas dentro da creche, pontuando que a creche municipal Vovó Teófila é a única instituição reconhecida quilombola em Mato Grosso, é preciso garantir para os bebês quilombolas acesso à educação de qualidade, respeitando e considerando a sua identidade cultural. É preciso dar protagonismo para esse espaço e seus sujeitos, para serem potencializadores e referências para outras comunidades, visto que, os bebês são presentes em todos os lugares

A história da população negra desde o período escravocrata apresenta uma série de lacunas que são justificadas pela falta de registros na época, reflexo da invisibilidade da população negra escrava e pela condição de desumanos perante a sociedade. Ao longo da pesquisa, foi possível constatar que essas lacunas históricas se fragmentam ainda nos tempos atuais, pois existem poucos registros e estudos sobre as comunidades quilombolas. O surgimento de políticas públicas para a população negra brasileira é recente, ao se considerar as especificidades da população quilombola, esse movimento é ainda mais

recente, assim como os processos de luta e reconhecimento por terra, identidade, cultura, educação entre outros.

O processo de reconhecimento da Educação Escolar Quilombola como modalidade da educação básica, efetivou-se somente no ano de 2010, sendo incorporado no ano de 2012 nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 2013). Assim, como nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. (BRASIL, 2012).

É imprescindível destacar o que apresenta as Diretrizes Nacionais (BRASIL, 2013), para provocar uma reflexão sobre a educação escolar quilombola e a realidade do chão da escola. Ao longo da pesquisa constatou-se que o principal direito da educação: “Educação Básica de qualidade, valorizando e respeitando as diferenças”, ainda não foi assegurado pela Secretaria Municipal de Educação de Poconé – Mato Grosso, como se pode observar em uma das contribuições das entrevistadas:

Estamos sozinhos, com nossos fazeres, não que não estamos fazendo, nós fazemos de acordo com a nossa vivência, nossa cultura... nossas especificidades que são próprias... se o município quisesse ele poderia abrir uma fresta para nós. Nós sentimos falta de apoio enquanto órgão responsável por nós, mas seguimos em frente, bandeira na mão, a caminho mesmo que conquistando a passos lentos... ser quilombola é lutar a passos lentos. (Dandara, coordenadora e mãe – entrevista realizada 16/07/2019)

Talvez por isso, na creche municipal Vovó Teófila, os profissionais e a comunidade externa, travam brigas e muitas lutas para que nenhum direito aos bebês e crianças maiores sejam sucumbidos por um sistema classicista que não reconhece as especificidades das comunidades quilombolas, em especial no Distrito do Chumbo, que tem a única creche reconhecida como quilombola no estado de Mato Grosso.

É fundamental destacar que no documento Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola a educação infantil é definida como sendo:

[...], primeira etapa da Educação Básica, na qual se privilegiam práticas de cuidar e educar, é um direito das crianças dos povos quilombolas e obrigação de oferta pelo poder público para as crianças de 4 e 5 anos. Deve ser garantida e realizada mediante o respeito às formas específicas de viver a infância, a identidade étnico-racial e a vivência sociocultural. (BRASIL, 2013, p. 449).

É preciso evidenciar e dar protagonismo aos bebês, na luta para que a creche seja considerada de fato, como a primeira etapa da educação básica, sendo a oferta de vagas obrigatória, em atenção à demanda. É preciso evidenciar esse espaço na tentativa de que outras instituições, dentro de territórios quilombolas, não sejam fechadas por interesses políticos. É preciso dar protagonismo para que a comunidade reconheça que todos são cons-

trutores de história, incluindo os bebês, integrando eles em todos os momentos. É preciso evidenciar que a resistência implica em desgastes, mas principalmente ela produz história.

Ainda sobre a definição de Educação Infantil disposta nas Diretrizes, apresenta-se o fragmento que contempla a primeira infância:

Na Educação Infantil, a frequência das crianças de até 3 anos é uma opção das famílias das comunidades quilombolas que tem como prerrogativa de, ao avaliar suas funções e objetivos valendo-se de suas referências culturais e de suas necessidades, decidir pela matrícula ou não de suas crianças em creches ou instituições de Educação Infantil, ou programa integrado de atenção à infância ou ainda, em programas de Educação Infantil ofertados pelo poder público ou com entes convidados. (BRASIL, 2013, p. 449)

Partindo da constatação de que a creche é o local de referência dentro da comunidade, característica ressaltada dentro das comunidades rurais e quilombolas, tornar esse espaço facultativo, representa, permanecer com a lacuna histórica acima citada, pois os agentes integrantes deste espaço, construtores de história, podem não chegar a frequentá-lo.

Assim, a pesquisa realizada evidenciou que o movimento de reconhecimento e pertencimento cultural nascido no chão dessa creche é fundamental para romper com estereótipos existentes e iniciar o processo para a construção de uma história real e viva, tendo como protagonista todos os sujeitos da comunidade, desde os bebês que ocupam o seu espaço na creche e na comunidade, bem como os anciões que não permitem que a história da Comunidade do Distrito do Chumbo seja recontada de forma fragmentada, sendo assim, eles ocupam os espaços, eles pertencem, eles constroem, eles resistem.

Assim, com a realização da pesquisa é possível afirmar que para que ocorra o processo de inserção dos bebês do Distrito do Chumbo no viés educacional, é preciso reafirmar que a creche é resultado das lutas, dos enfrentamentos, dos confrontos. Sob orientação das falas dos adultos, é possível admitir que eles caminham em direção contrária aos estudos até aqui apresentados. Como assevera Rosemberg (2011) “Noto relutância de se lhes dar visibilidade, de se integrar à creche ao sistema educacional, de tirá-la da informalidade, de se investir em sua universalização (que não significa obrigatoriedade).”

A creche pesquisada constitui-se em um espaço conquistado, ali todos são sujeitos históricos, todos fazem parte das lutas e todos usufruem das conquistas. Na corrente contrária, a comunidade do Chumbo integra os bebês e as crianças pequenas com a mesma importância e relevância na história da comunidade. Assim, a invisibilidade encontrada nos estudos sobre a infância não se confirma na história da Comunidade Nossa Senhora Aparecida do Chumbo, pois nessa comunidade há uma latente preocupação em dar visibilidade a cultura quilombola, bem como mantê-la viva.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Brasília, DF. **D.O.U.**, Brasília, DF, Seção 1, p.1, 10 jan., 2003.

BRASIL. **Programa Brasil Quilombola**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Básicos de infraestrutura para instituições de Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2006

BRASIL. **Lei nº. 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino e obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em 20 jan. 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - nº 9394/1996**. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>. Acesso em 19/09/2018

_____. Secretaria de Educação Básica. Resolução nº 1 de 7 de abril de 1999. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/CNE/SEB, 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0199.pdf>>. Acesso em: 19 set 2018.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. Resolução Nº8/2012 CNE/CEB. Acesso em 24 de jul de 2019.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 (Estratégias de ensino, 8).

CORSARO, Willian. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, 2005.

CORSARO, William; MOLINARI, Luisa. **Understanding**: Understanding children’s transition from preschool to elementary school. New York: Teacher College Press, 2005.

FERREIRA, Ricardo Franklin. (2000). **Afro-descendente: identidade em construção**. São Paulo: EDUC.

FONSECA, Marcus Vinícius. **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF; 2002.

A inserção dos bebês na educação infantil...

GASPAR, Lúcia. **Quilombolas**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: dia mês ano. Ex: 6 ago. 2019

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes nas relações raciais no Brasil**: uma breve discussão. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE (SECAD). Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC-SECAD), 2005. p. 39-62.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ, 2017.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**. Tradução: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004..

MAGNANI, José Guilherme. O velho e bom caderno de campo. **Revista Sexta Feira**, n. 1, p. 8-12, maio 1997.

MÓNICO, Lisete S.; ALFERES, Valentim R.; CASTRO, Paulo A.; PARREIRA, Pedro M. A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. In: **6º Congresso Ibero-Americano de investigação Qualitativa (CIAIQ), 2017. Anais eletrônicos**. Coimbra: CIAIQ, 2017. p. 724-733. Disponível em: <http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1447>. Acesso em 25 fevereiro de 2019.

RAMIREZ, Francisco O. Reconstrucción de la infancia: Extensión de la condición de persona y ciudadano [Versão eletrónica], **Revista Iberoamericana de Educación** (1). 1993. Recuperado em 04 de Junho, 2019, de <http://www.oei.es/oeivirt/rie01a07.htm>

ROSEMBERG, Fúlvia. A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais. In: BENTO, M. A. da S. (Org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: CEERT, 2011. p. 11-46.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de; MIRANDA, Mary Diana da Silva. **Trabalho e escolarização**: universo das crianças negras em Cuiabá (1871-1890). 2011. Acesso em: <file:///C:/Users/JOICER~1/AppData/Local/Temp/1966-6990-1-PB.pdf>. 15 de dez. de 2019.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, D. et al. (org.) **O legado educacional do século XX no Brasil**, Campinas: Autores Associados, 2004. p. 11-57

SEVERINO, Antônio J.. Educação, **Trabalho e cidadania**: a educação brasileira e o desafio da formação humana no atual cenário histórico. 1986. Acesso em: <https://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9790.pdf>. 20 de jun. de 2019.

SPRADLEY, J. P. **Participant observation**. New York: Holt, Rinehart & Winston, INC, 1980

VOLPATO, L. R. R. Quilombos em Mato Grosso: Resistência negra em área de fronteira. In: REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos (org.) **Liberdade por um fio**: Histórias dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.